(Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos)

Demonstrações financeiras "carveout" em 31 de dezembro de 2021



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras "carve-out"	13





KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"

Aos Conselheiros e Administradores da

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, gestora da "Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos ("Entidade"), unidade de negócio controlada por meio de centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos, unidade de negócio controlada por centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carveout". Somos independentes em relação a entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Assurance Services Lida luma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro de organização global KPMG de firmas-membro independentas licenciadas da KPMG International Limited luma

KPMG Assurance Services Ltda: a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited: a private English company limited by guarantee.



Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina com o propósito específico de determinação da posição patrimonial e financeira do Contrato de Gestão da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Associação, cuja apresentação não é requerida às entidades de direito privado sem fins lucrativos foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras "carve-out" e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras "carve-out" tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras "carve-out" do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de janeiro de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out".

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carveout", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carveout", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



KPMG Assurance Services Lida. a Brszilian limited liability company and n member firm of the KPMG global organization of independent member firm affiliated with KPMG International Limited, a private English company limite.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

KPMG Assurance Services Ltda. CRC 2SP-023228/O-4

Marcøs A. Boscolo Contador CRC 1SP198789/0-0



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.328.065	3.986.912	Fornecedores	8	83.980	38.079
Recursos restritos vinculados a fundos	4	4.338.487	4.227.534	Obrigações sociais e trabalhistas	9	2.236.271	722.032
Adiantamentos diversos	5	642.027	43.393	Projetos a executar	10	7.510.387	3.435.957
Estoques	6	65.920	72.030	Fundos de reserva/contingência	11	4.338.487	4.227.534
Despesas antecipadas	_	45.142	40.343	Outras contas a pagar		4.693	12.709
Total do ativo circulante		14.419.641	8.370.212	Total do passivo circulante		14.173.818	8.436.311
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	7	857.220	1.075.497	Provisão para contingências	12	252.196	183.968
Outras contas a receber		-	250.067	Provisão para outras obrigações a pagar		177.894	
Depósito Judicial	-	184.267		Recursos aplicados em ativos imobilizados	13	857.220	1.075.497
Total do ativo não circulante		1.041.487	1.325.564	Total do passivo não circulante		1.287.310	1.259.465
				Patrimônio líquido	14		
				Resultado do exercício			
				Total do patrimônio líquido			-
Total do ativo		15.461.128	9.695.776	Total do passivo e do patrimônio líquido		15.461.128	9.695.776





Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	2021	2020
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão	16	39.520.143	31.144.631
Outras receitas operacionais	_	46,389	16.843
		39.566.532	31.161.474
Custos e despesas operacionais			
Despesas com pessoal e encargos	17	(26.196.933)	(21.763.046)
Despesas gerais	18	(1.435.905)	(878.717)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(250.067)	-
Despesas de depreciação	7	(289.584)	(453.206)
Serviços prestados por terceiros	19	(9.619.323)	(6.972.613)
Despesas com locações	20	(1.520.491)	(963.064)
Despesas com impostos e taxas	_	(230.075)	(107.644)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	_	24.154	23.184
Despesas financeiras	21	(24.933)	(25.553)
Receitas financeiras	21_	779	2.369
Despesas financeiras, líquidas	21_	(24.154)	(23.184)
Resultado do exercício	_		



Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do exercício		



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Patrimônio social	Resultado do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	-	-	-
Incorporação do déficit do ano anterior aos déficits acumulados Resultado do exercício	:		
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados Resultado do exercício			<u>:</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021			





Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Constituição (reversão) provisão para contingências	68.783	(412.906)
Depreciações - imobilizado	289.584	453.206
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - outras contas a receber	250.067	-
Provisão para outras obrigações a pagar - Processo IPTU	177.894	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Reclassificação de caixa para recursos restritos vinculados a fundos	(110.953)	(4.227.534)
Estoques	6.110	(17.143)
Adiantamentos diversos	(598.634)	57.971
Despesas antecipadas	(4.799)	(4.592)
Outras contas a receber	-	29.023
Depósitos judiciais	(184.267)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	45.901	20.945
Obrigações sociais/trabalhistas	1.514.239	(133.591)
Contingências pagas	(555)	-
Outras contas a pagar	(8.016)	(6.204)
Recursos aplicados em ativos imobilizados a executar	(289.584)	
Projetos a executar	4.074.430	1.276.881
Fundos	110.953	83.037
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.341.153	(2.880.907)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos aplicados em ativos imobilizados - compra de imobilizado	71.307	(394.605)
Adições no imobilizado	(71,307)	(58.601)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(453.206)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	5.341.153	(3.334.113)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.986.912	7.321.025
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.328.065	3.986.912
Variação de caixa e equivalentes de caixa	5.341.153	(3.334.113)



Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

2021	2020
39.520.143 46.389	31.144.631 16.843
(9.619.323) (1.685.972)	(6.972.613) (878.717)
28.261.237	23.310.144
(289.584)	(453.206)
27.971.653	22.856.939
779	2.369
779	2.369
27.972.432	22.859.308
26.196.933	21.763.046
17.314.802 2.691.188 6.190.943	14.075.786 2.595.666 5.091.594
230.075	107.644
181.919 - 48.156	96.354 - 11.290
1.545.424	988.618
1.545.424	988.618
	-
27.972.432	22.859.308
	39.520.143 46.389 (9.619.323) (1.685.972) 28.261.237 (289.584) 27.971.653 779 779 27.972.432 26.196.933 17.314.802 2.691.188 6.190.943 230.075 181.919 48.156 1.545.424 1.545.424



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras "carve-out"

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou da convocação pública através da Resolução SC nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou o Contrato de Gestão 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio do Processo SC/1380279/2017, tendo como objeto a fomento, a operacionalização da gestão e a execução da Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo ("Entidade"), para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

1.1 EMESP Tom Jobim

Criada em 1989, a Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP Tom Jobim, é referência no ensino de música no Brasil, e tem em seu corpo docente profissionais com reconhecimento internacional. Da música clássica à popular, antiga à contemporânea, o projeto artístico-pedagógico da escola visa uma formação rica e abrangente, oferecendo aos alunos e alunas uma experiência em que performance e aula são indissociáveis. Mais de 1.300 alunos e alunas passam pela EMESP Tom Jobim todo ano, em Cursos Regulares (Formação e Especialização) e Cursos Livres. Com foco na profissionalização de jovens músicos, a EMESP Tom Jobim oferece também bolsas de estudos e experiências de aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam dos Grupos Artísticos: Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e Coral Jovem do Estado.

1.2 Theatro São Pedro

Fundado em 1917, o Theatro São Pedro é uma das casas de espetáculo mais ativas de São Paulo. Reinaugurado em 1998 após extensa reforma, desde então persegue a vocação de teatro de ópera da capital. Em 2010, com a criação da Orquestra do Theatro São Pedro, consolidou-se no cenário musical brasileiro como uma alternativa de qualidade — apostando na diversidade, a casa encontrou seu lugar. Ao abrir as portas para a cidade, aproximou público e artistas e criou um espaço em que arte, música e sociedade estão em constante debate. Além da temporada profissional, o Theatro São Pedro investe também na formação de jovens profissionais da ópera, e oferece bolsas de estudos e aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam da Academia de Ópera e da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro.



1.3 Teatro Caetano de Campos

O Teatro Caetano de Campos está localizado na Rua Bueno de Andrade, 715, Aclimação, São Paulo, CEP 01526-000, funcionando em uma edificação anexa e pertencente à Escola Estadual Caetano de Campos. Este espaço é utilizado exclusivamente para ensaios da Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, da Orquestra Jovem Tom Jobim, da Banda Jovem do Estado de São Paulo e de outros grupos artísticos ligados à EMESP Tom Jobim e ao Theatro São Pedro. Desta forma, ele abriga instrumentos musicais e outros equipamentos necessários para essa finalidade. Além disso, a área superior do espaço do teatro é utilizada para a guarda dos figurinos e cenários das produções de ópera do Theatro São Pedro, bem como do banco de partituras e documentação musical dos grupos artísticos.

1.4 Impacto do COVID-19 nas operações

A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social — o que fragilizou economias ao redor do globo.

No que tange aos Contratos de Gestão firmados junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo, faz-se necessário esclarecer que as atividades foram realizadas de acordo com o planejamento que previu na estimativa das metas contratuais de gestão da EMESP/ ORTHESP, o provável impacto da pandemia durante o ano de 2021. Houve atrasos e remarcações de algumas atividades no primeiro semestre em razão do recrudescimento da situação pandêmica, contudo conseguimos nos reorganizar para que tudo fosse efetivamente atendido até o final de 2021.

Não detectamos nenhum impacto de impairment no exercício por conta deste evento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas, contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes ao contrato de gestão da "Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP ou "Entidade"), Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro (ORTHESP) e Teatro Caetano de Campos" gerido pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, aqui nestas demonstrações financeiras "carve-out" denominada simplesmente "Mantenedora", os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria da Associação.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial da Associação como um todo (operações e resultados das demais filiais ou da sede-matriz, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de cultura nos projetos por meio de contratos de gestão ou contratos de colaboração de outras filiais que não a EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos).



No modelo de contrato de gestão, ao aproximar-se do término do contrato vigente, o ente público abre convocação pública nos termos da lei complementar 846/1998 para uma nova contratação, podendo a Organização Social gestora atual também participar do certame. Caso a Organização Social gestora atual não seja a vencedora ou decline de participar da convocação pública, os bens, direitos e deveres atinentes ao Contrato de Gestão serão sub-rogados pela Organização Social vencedora. Caso a Organização Social atual manifeste interesse em descontinuar o contrato mediante notificação prévia, os referidos bens, direitos e deveres poderão ser devolvidos ao ente público ou serão sucedidos por uma nova entidade privada contratada pelo ente público para assumir sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras "carve-out", e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Associação em 16 de fevereiro de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out", a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)) e;
- Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 12).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.



Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras "carve-out" em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros

d. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Entidade possui recursos com restrição de uso vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos ou com restrição representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.



b. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente a suprimentos musicais e materiais de escritório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, é avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instrumentos musicais	10
Ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Telefones	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.



Anos

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2021, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

e. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Obrigações trabalhistas

Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Entidade não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.



i. Subvenções governamentais - Projetos e fundos a executar

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma, em conformidade com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)):

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar, fundo de reserva ou fundo de contingência no passivo circulante.
- Consumo do passivo de projetos a executar: São registrados os consumos por meio de conta redutora do passivo, quando da realização de uma receita em bases sistemáticas com a despesa que pretende compensar.
- Aquisição de bens: Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos, pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

Fundos de reserva e de contingência

Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante.

(i) Fundo de reserva

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria. A Utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da SMC, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria.

(ii) Fundo de contingência

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho. O valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5°, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que:

 A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.



- Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.
- Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.
- (4) No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.
- (5) Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída.
- Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.
- (7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
- k. Recursos aplicados em ativos imobilizados (receita diferida)
 Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são realizadas ao resultado do exercício segundo o regime de competência em base sistemática em confronto com a depreciação do bem imobilizado ao longo de sua vida útil estimada, em atendimento ao CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)).
- l. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição.



Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado para uma entidade beneficente, congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S, se a lei exigir e, de preferência constituída pelas Religiosas Professas, Irmãs de Santa Marcelina" conforme for fixado pela Assembleia Geral.

A Organização Social aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. Os recursos financeiros destinados à Organização Social são providos em sua maior parte, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, neste sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas por este órgão governamental para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro.

m. Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

n. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

o. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante face ao montante de receitas e despesas das demonstrações financeiras "carve-out".

p. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

26

(i) Classificação e mensuração subsequente No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020 a Entidade não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



(ii) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, incluindo operações de hedge.

q. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre ativos financeiros para negociação (aplicações financeiras). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

r. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 22.



s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carveout" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue:

- Contratos onerosos Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/NBC TG 25 (R2)).
- Imposto diferido Relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/NBC TG 32 (R4))
- Reforma da taxa de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC 48/NBC TG 48, CPC 38, CPC 40/NBC TG 40 (R3), CPC 11/NBC TG 11 (R2) e CPC 06/NBC TG 06 (R3)).
- Outras normas não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade:
- Concessões de aluguel relacionados à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/ NBC TG 06 (R3));
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/NBC TG 27 (R4));
- Referência a Estrutura Conceitual (alterações no CPC 15/NBC TG 15 (R4));
- Classificação do passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5));
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)); e
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)).

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos restritos vinculados a fundos

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	9.328.065	3.986.912
Recursos restritos vinculados a fundos (nota explicativa nº 11)	4.338.487	4.227.534
Total de recursos em aplicações financeiras	13.666.552	8.214.446

As aplicações financeiras são recursos vinculados a projetos e referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Essas aplicações são substancialmente certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 56,90% a 78,66% do CDI (em 2020 a remuneração foi de 11,08% a 50,69% do CDI).

Os recursos restritos vinculados a fundos referem-se aos recursos aplicados financeiramente pela Entidade e que somente poderão ser utilizados nas previsões especificas de cada um dos fundos (reserva e contingências) que a Entidade constituiu (vide notas explicativas nº 3j e nº 11).



5 Adiantamento diversos

31/12/2021	31/12/2020
633.752	36.950
8.275	6.443
642.027	43.393
	633.752 8.275

(a) Alteração de critério de desconto de adiantamento de férias A Entidade passou a utilizar a partir de maio de 2021 o sistema de RH da empresa Benner Sistemas S/A, para o processamento da folha de pagamento. Este sistema possui uma parametrização para o cálculo de descontos das provisões de férias, adiantamentos e dos respectivos encargos sociais incidentes pelo método pró-rata, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias.

O sistema utilizado anteriormente era o Totvs, e as férias eram descontadas integralmente quando do início do gozo, ou seja, o desconto ocorria inteiramente no primeiro mês.

Como no atual sistema, o desconto passou a ser *pró-rata*, de modo que o valor da provisão de férias, adiantamentos de férias e respectivos encargos incidentes passaram a ter saldo maiores no ativo (adiantamentos de férias) e passivo (provisão de férias e respectivos encargos) no encerramento do exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior.

6 Estoques

31.588	27.413
10.107	10.402
24.225	34.215
65.920	72.030
	10.107 24.225

7 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2021	2020
Equipamentos	10%	682.569	(550.575)	131.994	167.522
Móveis e utensílios	10%	654.886	(534.844)	120.042	142.894
Instrumentos musicais	10%	5.702.634	(5.161.358)	541.276	737.462
Ferramentas	10%	1.386	(1.359)	27	69
Computadores e periféricos	20%	832.473	(818.904)	13.569	27.479
Telefones	10%	9.175	(9.149)	26	70
Obras em andamento (a)		50.286		50.286	
Total		7.933.409	(7.076.189)	857.220	1.075.497

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo			
Equipamentos	681.282	1.287	682.569
Móveis e utensílios	638.394	16.492	654.886
Instrumentos musicais	5.702.634	-	5.702.634
Ferramentas	1.386	-	1.386
Computadores e periféricos	829.231	3.242	832.473
Telefones	9.175	-	9.175
Obras em andamento (a)		50.286	50.286
Total custo	7.862.102	71.307	7.933.409
Depreciação			
Equipamentos	(513.759)	(36.816)	(550.575)
Móveis e utensílios	(495.500)	(39.345)	(534.844)
Instrumentos musicais	(4.965.173)	(196.186)	(5.161.358)
Ferramentas	(1.316)	(42)	(1.359)
Computadores e periféricos	(801.752)	(17.151)	(818.904)
Telefones	(9.105)	(44)	(9.149)
Total depreciação	(6.786.605)	(289.584)	(7.076.189)
Saldo líquido	1.075.497	(218.277)	857.220

 (a) Refere-se a gastos com obras para implantação de um estúdio para gravações e transmissões de atividades artísticas no Theatro São Pedro.

	Saldo em		Saldo em
	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Custo			
Equipamentos	681.282	-	681.282
Móveis e utensílios	630.365	8.029	638.394
Instrumentos musicais	5.652.062	50.572	5.702.634
Ferramentas	1.386	-	1.386
Computadores e periféricos	829.231	-	829.231
Telefones	9.175		9.175
Total custo	7.803.501	58.601	7.862.102
Depreciação			
Equipamentos	(461.195)	(52.565)	(513.759)
Móveis e utensílios	(452.933)	(42.567)	(495.500)
Instrumentos musicais	(4.632.508)	(332.665)	(4.965.173)
Ferramentas	(1.274)	(42)	(1.316)
Computadores e periféricos	(776.512)	(25.240)	(801.752)
Telefones	(8.978)	(127)	(9.105)
Total depreciação	(6.333.400)	(453.206)	(6.786.605)
Saldo líquido	1.470.701	(394.605)	1.075.497



Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do novo Contrato de Gestão 05/2017, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: "Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão."

Em face a obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 073/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providencias da Secretaria para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

8 Fornecedores

		31/12/2021	31/12/2020
	Fornecedores nacionais	83.980	38.079
	Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente.	nte contas de con	sumo e
	Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira	a:	
		31/12/2021	31/12/2020
	A vencer até 30 dias Vencidos acima de 360 dias	68.980 15.000	38.079 15.000
		83.980	38.079
9	Obrigações sociais e trabalhistas		
		31/12/2021	31/12/2020
	INSS a recolher (a) Provisão de férias e encargos (b)	509.054 1.727.217	722.032
		2.236.271	722.032

- (a) Até o ano de 2020, a Entidade sempre realizou o recolhimento do citado tributo referente ao mês de dezembro na própria competência. Entretanto, para a competência de dezembro de 2021, esta contribuição previdenciária foi recolhida em janeiro de 2022 em razão do processo de adequação da entidade ao e-Social.
- (b) Alteração de critério de desconto da provisão de férias e respectivos encargos incidentes: A Entidade passou a utilizar a partir de maio de 2021 o sistema de RH da empresa Benner Sistemas S/A, para o processamento da folha de pagamento. Este sistema possui uma parametrização para o cálculo de descontos das provisões de férias e dos respectivo encargos sociais incidentes (veja reflexo em adiantamento de férias na nota explicativa nº 5) pelo método pró-rata, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias.

O sistema utilizado anteriormente era o Totvs, e as férias eram descontadas integralmente quando do início do gozo, ou seja, o desconto ocorria inteiramente no primeiro mês.



Como no atual sistema, o desconto passou a ser *pró-rata*, o valor da provisão de férias e respectivos encargos incidentes passaram a ter saldo maiores no passivo no encerramento do exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior.

Apesar dessa mudança na parametrização do cálculo a despesa com férias reconhecida no resultado do exercício não apresentou variação relevante em 2021 em comparação a 2020 conforme demonstrado na nota explicativa nº 17 sendo a despesa com férias em 2021 de R\$ 1.588.485 (R\$ 1.558.334 em 2020)

10 Projetos a executar

Projetos a executar

31/12/2021 31/12/2020 7.510.387 3.435.957

Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Entidade, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas em confronto com as respectivas despesas de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Descrição	2021					
	Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo (*)	Aquisição imobilizado	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (05/2017) Outros Recursos (05/2017)	1.608.727 1.827.230	42.272.639 767.118	214.589	(39.108.609)	(71.307)	4.916.039 2.594.348
Total	3.435.957	43.039.757	214.589	(39.108.609)	(71.307)	7.510.387
Descrição			200	20		
	Valor residual	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo (*)	Aquisição imobilizado	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (05/2017) Outros Recursos (05/2017)	488.147 1.670.929	31.851.286 179.699	19.320	(30.691.425) (23.398)	(58.601)	1.608.727 1.827.230
Total	2.159.076	32.030.985	19.320	(30.714.823)	(58.601)	3.435.957

(*) (Vide nota explicativa nº 16)

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente avaliadas pela Unidade de Informação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios quadrimestrais relativos ao primeiro e segundo quadrimestre de 2021 (do contrato de gestão 05/2017 – EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro, ORTHESP E Teatro Caetano de Campos), foram preparados e encaminhados para a Unidade de Formação Cultural – UFC, para a Unidade de Monitoramento – UM e para a Comissão de Avaliação – CA da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sendo o relatório do primeiro quadrimestre entregue em 20 de maio e o relatório do segundo quadrimestre em 20 de setembro de 2021. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em 15 de março de 2022 e as eventuais complementações ou substituições até o dia 29 de março do mesmo ano corrente.



Detalhamento dos projetos executados - Relatório Anual 2021 - EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro e Teatro Caetano de Campos

1. Programa da EMESP Tom Jobim

Eixo 1 – Formação Cultural – Cursos Regulares e Livres
Em 2021, o Curso de Formação de músicos da EMESP Tom Jobim teve 39 habilitações oferecidas com 611 alunos matriculados e o Curso de Especialização teve 45 habilitações oferecidas com 154 alunos matriculados.

Tivemos também 84 Cursos Livres oferecidos com 859 alunos matriculados.

Eixo 2 – Ações complementares à Formação Cultural – Vivência Artística – Atividades Em 2021 aconteceu a Revirada Musical que teve a participação de 843 alunos.

Também foram realizados 26 Espetáculos Musicais com um público de 6.181 pessoas.

Eixo 2 – Ações complementares à Formação Cultural – Vivência Artística – Grupos Artísticos de Alunos

Realizamos 9 concertos dos Grupos Artísticos de Alunos dos cursos da EMESP Tom Jobim, com 87 alunos participantes e público de 7.387 pessoas.

Eixo 3 – Desenvolvimento Social Foram realizadas em 2021:

- 25 Oficinas socioeducativas com alunos com 377 participantes.
- 15 Oficinas socioeducativas com famílias com 1.659 participantes.
- 5 Atividades Socioculturais;
- 2 Oficinas de Integração entre Grupos.

O número de alunos atendidos pelo Bolsa-Auxílio em 6 meses de 2021 foi de 42 alunos.

Eixo 4 – Ações complementares à Formação Cultural – Atividades Extraclasse Em 2021 foram realizados 18 master classes com 70 alunos participantes e público de 1.171 pessoas.

Realizamos 33 workshops com 30.626 alunos participantes.

Também aconteceram 2 palestras com público de 3.614 pessoas.

Tivemos 1 Intercâmbio com professor internacional convidado que teve a participação de 70 alunos.

75

Eixo 5 – Ações formativas abertas à comunidade Em 2021 aconteceu o IX Encontro de Música Antiga que teve 1 aula/atividade e 1 apresentação artística, com a participação de 59 alunos e um público de 6.295 pessoas.

Eixo 6 – Núcleo de Desenvolvimento de Carreira dos alunos Em 2021 foram realizados 29 concertos do Núcleo de Desenvolvimento de Carreira com 89 alunos participantes.

Eixo 7 – Difusão – Grupos Artísticos de Bolsistas Em 2021 realizamos:

- 13 concertos da Orquestra Jovem Tom Jobim com público de 42.298 pessoas;
- 23 concertos da Orquestra Jovem do Estado com público de 88.776 pessoas;
- 7 concertos da Banda Sinfônica Jovem do Estado com público de 17.256 pessoas;
- 12 concertos do Coral Jovem do Estado com público de 23.065 pessoas;
- 6 concertos da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro com público de 2.937 pessoas.

Programa de Bolsas de Estudo Em 2021 tivemos:

- 10 meses de concessão de bolsas para 19 bolsistas na Orquestra Jovem Tom Jobim;
- 10 meses de concessão de bolsas para 51 bolsistas na Banda Jovem do Estado de São Paulo;
- 1 meses de concessão de bolsas para 108 bolsistas na Orquestra Jovem do Estado de São Paulo;
- 10 meses de concessão de bolsas para 49 bolsistas no Coral Jovem do Estado de São Paulo;
- 10 meses de concessão de bolsas para 34 bolsistas da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro;
- 10 meses de concessão de bolsas para 17 bolsistas da Academia do Theatro São Pedro;
- 6 bolsistas do Atelier de Composição Lírica do Theatro São Pedro.

3. Programa dos Equipamentos Culturais

3.1. Temporada Artística do Theatro São Pedro Realizamos em 2021:

- 16 récitas de ópera da ORTHESP com público de 27.382 pessoas;
- 6 récitas da Academia de Ópera do Theatro São Pedro com público de 2.937 pessoas;
- 16 concertos da temporada de concertos líricos e instrumentais sinfônicos e balé realizados pela ORTHESP com público de 21.121 pessoas;



- 4 concertos realizados por orquestras convidadas com público de 11.141 pessoas;
- 31 concertos de Música de Câmara com público de 48.109 pessoas;
- 6 ensaios abertos com público de 9.255 pessoas;
- 22 atividades do Theatro São Pedro para além do CG.
- 6 atividades do Atelier de Composição Lírica do Theatro São Pedro.

O número de profissionais contratados do corpo estável da Orquestra do Theatro São Pedro em 2021 foi de 33 músicos.

Programa dos equipamentos culturais – Concertos Didáticos
 Realizamos em 2021, 4 concertos didáticos no Theatro São Pedro com público de 7.422 pessoas.

4. Programas de Conteúdos Digitais

Foram realizados em 2021, 8 cursos abertos por meio de plataformas digitais de compartilhamento de vídeo com público de 38.408 pessoas.

5. Programa de Desenvolvimento Institucional

O índice de satisfação dos alunos e pais com o ensino oferecido pela EMESP em 2021 foi de 97%.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 22/11/2021 a 17/12/2021.

O índice de Satisfação do público dos concertos dos Grupos Artísticos de Bolsistas em 2021 foi de 99%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 09/07/2021 a 31/12/2021.

O índice de Satisfação do público dos eventos do Theatro São Pedro em 2021 foi de 97%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 26/06/2021 a 31/12/2021.

No primeiro quadrimestre o valor captado foi de R\$1.277.728,68 aportados nos projetos Plano Anual de Atividades (Lei de Incentivo à Cultura).

No segundo quadrimestre o valor captado foi de R\$ 548.464,76 referente a captação de recursos operacionais. No terceiro quadrimestre o valor captado foi de R\$ 341.313,40 referente a captação de recursos operacionais.

A somatória dos recursos captados nos três quadrimestres (R\$ 2.167.506,84) refere-se a 128,19% da meta total/anual estipulada em nosso contrato de gestão.

6. Metas Condicionadas

Em 2021, 6 alunos foram beneficiados com o Prêmio da Orquestra Jovem do Estado.



As informações acima apresentadas (a partir do item "Detalhamento dos projetos executados - Relatório Anual 2021 - EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro e Teatro Caetano de Campos") foram extraídas dos relatórios gerencias da Entidade. Por tratarem-se de dados não contábeis como, por exemplo, números de vagas oferecidas, números de oficinas realizadas, etc), tais informações não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras "carve-out".

11 Fundos de reserva/contingência

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de reserva	2.196.981	2.140.906
Recursos de contingência	2.141.506	2.086.628
	4.338.487	4.227.534

Veja detalhes sobre as naturezas dos fundos de reservas e contingências na nota explicativa nº 3i.

A seguir demonstramos a movimentação dos fundos em 31 de dezembro:

Descrição	2021					
	Valor residual	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Dotação especial	Valor residual
Recursos de reserva	2.140.906		56.075		-	2.196.981
Recursos de contingência	2.086.628		54.878			2.141.506
Total	4.227.534	-	110.953	-	-	4.338.487
Descrição			2020			
Descrição						
Descrição	Valor residual	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Dotação especial	Valor residual
Recursos de reserva	1, 416-	,		Consumo		
	residual	,	financeiros			residual

12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.



A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação do período

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Reversão/ Pagamentos	Saldo final 31/12/2021
Trabalhistas	183,968	68.783	(555)	252.196
	183.968	68.783	(555)	252.196
	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Reversão/ Pagamentos	Saldo final 31/12/2020
Trabalhistas	596.874		(412.906)	183.968
	596.874	-	(412.906)	183.968

Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade são de R\$ 24.853.000 e de natureza cível no valor R\$ 176.814 em 2021 (R\$ 24.850.947 apenas de natureza trabalhista em 2020) e não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Principal processo trabalhista avaliado como risco de perda possível:

O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em 11/11/2009 (Processo nº 02356002320095020028 – 28ª VT/SP), em face da Fazenda Pública Estadual, do então Secretário Estadual de Cultura Sr. João Sayad, da Associação dos Amigos do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Música de São Paulo, da Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA e da Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina.

Com relação à Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pretende o MPT que não sejam firmados convênio, termo de parceria, contrato ou contrato de gestão ou instrumento jurídico equivalente, com entidade interposta, qualificada ou não como Organização Social, que impliquem na transferência da prestação de serviços ligados à sua atividade fim. Além disso, também pretendia o MPT que a FESP rescindisse imediatamente os contratos de gestão firmados com a Associação Paulista dos Amigos da Arte – APPA e a Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina.

Com relação à Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina pretende o MPT que se abstenha de disponibilizar, fornecer, complementar ou intermediar mão-de-obra de trabalhadores para qualquer ente público ou privado, diretamente ou por meio de cooperativas de trabalho, em especial para a Secretaria Estadual da Cultura, e que também se abstenha de contratar mão-de-obra através de cooperativas de trabalho, para quaisquer atividades, seja de fim ou de meio.



O MPT também pleiteia a condenação solidária de todos os réus ao pagamento da quantia de R\$ 24.160.704 a título de reparação de danos causados aos direitos difusos e coletivos.

Em 1ª Instância foi acolhida a alegação de incompetência da Justiça do Trabalho para julgar a ação, decisão que foi confirmada pelo TRT/SP. Contudo, o TST acolheu o recurso do MPT e reconheceu a competência da Justiça do Trabalho. Dessa decisão, a Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina ingressou com Recurso Extraordinário por entender que houve violação à decisão proferida pelo STF na ADI 1923, que aguarda juízo de admissibilidade pelo TST.

Não houve antecipação dos efeitos da tutela e o contrato de gestão firmado pela Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina, vigente no ajuizamento da ação, seguiu seu curso até o término do prazo de vigência, e sucessivos contratos de gestão foram celebrados. Apesar de estar tramitando desde 2009, até o presente momento não houve julgamento do mérito da Ação Civil Pública.

13 Recursos aplicados em ativos imobilizados

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3 k, os recursos aplicados na aquisição de ativo imobilizado e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, em confronto com os respectivos montantes das despesas de depreciação e amortização em consonância com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). Vide nota explicativa nº 7 - Ativo imobilizado.

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.470.102
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 7)	58.601
Custo residual baixado de imobilizado	-
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 7)	(453.206)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.075.497
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 7)	71.307
Custo residual baixado de imobilizado	
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 7)	(289.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	857.220

14 Patrimônio líquido

Em função do EMESP gerido pela Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição têm sido nulos, motivo pelo qual a Entidade não apresenta patrimônio social constituído.

15 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração da Diretoria Estatutária. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.



16 Receitas vinculadas a recursos de contratos de gestão

10	Receitas vinculadas a recalibra as		
		31/12/2021	31/12/2020
	G	39.108.609	30.691.425
	Contrato de Gestão - Projeto EMESP (05/2017) – (Vide nota explicativa nº 10) Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação	289.584	453.206
	Outras receitas vinculadas ao contrato de gestão (cessão de espaço)	121.950	
		39.520.143	31.144.631
17	Despesas com pessoal e encargos		
		31/12/2021	31/12/2020
	Salários	(14.269.405)	(11.251.528)
	Encargos	(6.190.943)	(5.091.594)
	Férias	(1.588.485)	(1.558.334)
	Assistência médica	(1.386.457)	(1.287.708)
	13° Salário	(1.187.805)	(1.129.860)
	Vale Refeição	(569.717)	(431.481)
	Cesta Básica	(530.053)	(514.760)
	Aviso prévio	(269.107)	(136.064)
	Vale Transporte	(70.014)	(35.161)
	Outros	(134.947)	(326.556)
		(26.196.933)	(21.763.046)
18	Despesas gerais		
		31/12/2021	31/12/2020
	Consumo água e energia	(280.779)	(218.642)
	Premiação/concurso	(220.000)	(105.555)
	Materiais de consumo	(219.704)	(127.557)
	Telefone e internet	(130.224)	(108.585)
	Despesas com software	(106.315)	(60.954)
	Correios e telegrafos	(93.960)	(30.515)
	Despesas de seguros	(81.188)	(85.760)
	Aquisição/compra de partituras	(57.817)	(9.757)
	Viagens e estadias	(56.371) (46.557)	(28.920) (18.685)
	Lanches e refeições	(40.771)	(58.860)
	Bens de natureza permanente	(29.110)	(55.697)
	Conduções e transportes	(22.538)	(34.021)
	Despesas legais	(14.745)	(7.705)
	Cartórios e registros Treinamento de pessoal	(13.360)	(9.990)
		(12.433)	(14.627)
	Equipamentos de proteção individual Copa e cozinha	(7.760)	(3.574)
	Uniformes	(1.604)	(5.574)
	Contingencias legais	(378)	(1.463)
	Assinaturas	(291)	(1.567)
	Taxa de administração	(==1)	(1.077)
	Despesas com instalações		(761)



(878.717)

(1.435.905)



19 Serviços prestados por terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços diversos - pessoa jurídica (a) Serviços - pessoa física (b) Manutenção e conservação Consultoria e assessoria Suporte em infraestrutura de TI Auditoria	(4.797.800) (3.753.228) (701.034) (222.839) (95.992) (48.430)	(3.362.111) (2.740.133) (513.794) (200.897) (76.822) (78.856)
	(9.619.323)	(6.972.613)

- (a) As despesas com serviços diversos pessoa jurídica referem-se, principalmente a limpeza, segurança, serviços artísticos e outros.
- (b) A Entidade classifica em serviços tomados de terceiros pessoa física substancialmente os valores desembolsados a título de bolsas de estudos (Programa de Bolsas de Estudos e Grupos Artísticos de Bolsistas) conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

20 Despesas de locação

	31/12/2021	31/12/2020
Locação de imóveis Locação de partituras Locação de equipamentos Cessão de direito autoral Locação de bens moveis Locação de espaço Locação de instrumentos	(723.504) (319.091) (296.165) (68.286) (56.845) (36.600) (20.000)	(648.294) (229.094) (80.566) (2.810) (300) (2.000)

21 Resultado financeiro, líquido

Receitas financeiras	2021	2020
Outras receitas financeiras	779	2.369
Despesas financeiras	779	2.369
Tarifas bancárias	(24.933) (24.933)	(25.553) (25.553)
Resultado financeiro, líquido	(24.154)	(23.184)

22 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.



36

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020), a Entidade está sujeito aos fatores de:

(i) Risco de liquidez,

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2021				Fluxo de caixa contratuais			
Passivos financeiros não derivativos		Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores Outras Contas a Pagar		83.980 4.693	83.980 4.693	83.980 4.693	:		
Total		88.673	88.673	88.673			
31/12/2020			Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos		Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores		38.079	38.079	38.079	-	-	-
Outras Contas a Pagar	*	12.709	12.709	12.709			
Total		50.788	50.788	50.788			

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.



Exposição a riscos de crédito

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	9.328.065	3.986.912
Recursos restritos vinculados a fundos – aplicações financeiras	4.338.487	4.227.534
Outros ativos	687.170	83.735
	14.353.722	8.298.181

- Caixa e equivalentes A política de gestão de risco determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha.
- Outros créditos De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, a Entidade avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco.

Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos		Classificação	Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	9.328.065	3.986.912
Recursos restritos vinculados a aplicações financeiras	fundos –	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.338.487	4.227.534
Outros créditos		Custo Amortizado	Nível 1		250.067
				13.666.552	8.464.513
Passivos	Classifica	ção		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)			(83.980)	(38.079)
Outras contas a pagar	Outros pas	Outros passivos financeiros (custo amortizado)			(12.709)
				(88.673)	(50.788)



O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

23 Aspectos relacionados a impostos e contribuições

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por ter objetivos e caráter de Assistência Social, goza da imunidade aos Impostos prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 e, para tanto, cumpre os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, quais sejam:

- (i) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- (ii) Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- (iii) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A Associação (assim como a EMESP), não goza da imunidade para as contribuições da Seguridade Social prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 em razão de ainda não possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social CEBAS, estando contudo, envidando esforços para alcança-lo. Portanto é contribuinte do INSS Cota Patrona, do PIS incidente sobre a folha de pagamento e das Contribuição para Terceiros.

A Associação é isenta do PIS/PASEP, da COFINS e da CSL.

24 Renúncia fiscal

A Entidade entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o art. 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção.

Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Zy O

Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL

Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que "consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos

Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS

Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.

25 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e reponsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras "carve-out", consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rosane Chedin Diretora Presidente Rodrigo Ronald Henrique da Silva

CRC n 1SP-290165/O-2